

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.195 - RJ (2019/0302082-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DAVI DA SILVA MARIA (PRESO)
PACIENTE : YURI CORREA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Davi da Silva Maria** e **Yuri Correa da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Apelação n. 00104403520168190052).

Verifica-se dos autos que, em primeiro grau, os pacientes foram condenados, nas penas do artigo 33, *caput*, c/c o art. 40, IV, da Lei nº 11.343/2006 a 2 anos e 4 meses de reclusão e ao pagamento de 233 dias-multa. As penas privativas de liberdade foram substituídas por duas PRD, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de 1 salário mínimo, sendo fixado o regime aberto, em caso de conversão (fl. 80).

Após o julgamento da apelação, os pacientes foram condenados, como incurso nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (Davi) e arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 (Yuri) a 5 anos e 10 meses de reclusão cada um, no regime semiaberto, além do pagamento de 510 dias-multa.

Requer-se com o presente *writ* seja cassado o acórdão que afastou a minorante do § 4º, do artigo 33 da Lei n. 11.343/2006. Afirma que os pacientes são primários e de bons antecedentes, com circunstâncias judiciais inteiramente favoráveis.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional,

Superior Tribunal de Justiça

cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, o acolhimento da tese recursal demandaria dilação probatória, inviável nos autos de *habeas corpus*. Observo, ainda, que o acórdão fez referência aos depoimentos dos militares no sentido de que os réus se dedicavam às atividades criminosas (fl. 90), constando dos autos, ainda, a apreensão de carabina, revólver, munições de calibre 45, de uso restrito (fl.88).

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indeferio-a.**

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator